




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
PÓS-GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM LATO SENSU
EM LÍNGUA E CULTURA TERENA

Maria Nazareth Bezerra

**A LEI DA COTA INDÍGENA UNIVERSITÁRIA E OS TERENAS: PERMANÊNCIA
OU EVASÃO?**

Sidroândia/MS
2018

M	 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
M N. BEZERRA	MARIA NAZARETH BEZERRA
A LEI DA COTA INDÍGENA UNIVERSITÁRIA E OS TERENAS: PERMANÊNCIA OU EVASÃO?	<p style="text-align: center;">A LEI DA COTA INDÍGENA UNIVERSITÁRIA E OS TERENAS: PERMANÊNCIA OU EVASÃO?</p>
2018	<p style="text-align: center;">Sidrolândia/MS 2018</p>

MARIA NAZARETH BEZERRA

**A LEI DA COTA INDÍGENA UNIVERSITÁRIA E OS TERENAS: PERMANÊNCIA
OU EVASÃO?**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Língua e Cultura Terena, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Língua e Cultura Terena.

Área de concentração: Linguística

Orientador: Marlon Rodrigues Leal

Sidrolândia/MS

2018

B469L Bezerra, Maria Nazareth

A lei da cota universitária e os terenas: permanência ou evasão?/ Maria Nazareth Bezerra.

– Campo Grande, MS: UEMS, 2019.

43p.

Monografia (Especialização) – Língua e Cultura Terena - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Rodrigues Leal.

1. Terena 2. Universidade pública 3. Cotas 4. Permanência 5. Evasão.

Leal, Marlon Rodrigues Leal II. Título

CDD 23. ed. - 378.008

MARIA NAZARETH BEZERRA

**A LEI DA COTA INDÍGENA UNIVERSITÁRIA E OS TERENAS: PERMANÊNCIA
OU EVASÃO /MS?**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Língua e Cultura Terena, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Língua e Cultura Terena.

Área de concentração: Linguística

Orientador: Marlon Rodrigues Leal

COMISSÃO EXAMINADORA

Marlon Rodrigues Leal

Prof. Dr. Presidente - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS – Campo Grande/MS

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

Prof. Dra. - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS – Campo Grande/MS

Celso Abraão

Prof.Me. Visitante – Universidade Estadual de Mato Grosso/ UNEMAT-MT

Francisco Grisai Leite da Rosa

Prof. Me. Suplente - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS – Campo Grande/MS

Prof. Dr. Suplente

Campo Grande/MS, 30 de novembro de 2018.

DEDICATÓRIA

Em memória do meu pai Sebastião da minha mãe Joana, especialmente do meu filho Leonardo que não viveu para ver sua mãe “assentada” se tornar especialista.

Aos meus patrícios terenas-acadêmicos que possibilitaram essa pesquisa e cujo projeto identitário continuará ao longo da caminhada.

Maria Nazareth Bezerra

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradecer a Deus, pela resiliência, coragem e força, minha companhia permanente nos momentos de desânimo e solidão ao longo do percurso.

Ao meu companheiro de vida Adenilso, sempre presente, pelo suporte, ânimo nas intermináveis horas que eu estive ausente.

Às queridas filhas Maria Clara e Camila principais motivações para viver, vocês são minha fonte inesgotável de inspiração para a vida acadêmica.

Ao meu orientador “camarada”, professor Doutor Marlon Rodrigues Leal, pelo privilégio de tê-lo como orientador, do aprendizado nos diálogos silenciosos, dos cafés e desse olhar confirmado que tudo vai dar certo.

Aos componentes da banca: Professora Doutora Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira, que honra poder contar com sua avaliação, leitura apurada que muito colaborou com este trabalho.

Ao professor Mestre Celso Abraão, pesquisador eficiente, comprometido e que muito contribuiu para aperfeiçoar o texto.

*“Na universidade brasileira a
pobreza só entrava como objeto de estudo.*

*Muitos desses estudos deram
contribuição relevante para a luta social,*

*Mas era preciso que os pobres
entrassem na Universidade como alunos,
como cidadãos de pleno direito”.*

Luiz Inácio Lula da Silva

BEZERRA, Maria Nazareth. *A lei da cota indígena universitária e os terenas: permanência ou evasão?* 2018. 44 f. Monografia (Especialização em Língua e Cultura Terena) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

RESUMO

Com Lei n. 2.589 de 26 de dezembro de 2002, que institui a política afirmativa de reserva de cotas para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, percebe-se um impacto positivo, que como resultado produz o acesso de um grupo considerável de sujeitos indígenas nesta universidade pública. Esta pesquisa científica também será Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, para obtenção do título de Especialista em Língua e Cultura Terena, tem o objetivo de analisar a aplicação da lei no que se refere à garantia de acesso, percebe-se que esta não se transforma em garantia de permanência e conclusão de curso superior pelos sujeitos indígenas visto que a evasão nos cursos oferecidos na Unidade de Campo Grande é perceptível. Como objeto de aproximação da pesquisa, trabalharemos como fonte de dados informações da universidade estadual, bem como, entrevistas a acadêmicos terenas oriundos do Município de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul.

Palavras-Chave: Terena. Universidade pública. Cotas. Permanência. Evasão.

BEZERRA, Maria Nazareth. *Eneporá leí ituké kopenóti xokoiô ihikaxovotí yoko`o ra kopenóti têrenoe: ovoné ako`o pihopó? 44 f.* Monografia (Especialização em Língua e Cultura Terena) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

KIXO`ÍKONÉ RA KALÍ EMOÚTI

Porá Leí ituké n.2.589 turixeovóti 26 ra ndezemburu yara 2002, itukoatí ra ihaxonetí Pulítika Teyonetí Itukehikó Kopenóti yaye xokoyo ra Hanaíti Ihikaxovokutí, noxoíkopo hanaíti unatiye ra poreu ra eno hanaíti Leí ihaxonetí n.2.589. Porá ihikauvóti enomoné ko`ítuke ûti xokoyo ra ihaxonetí TCC, motovâti apeye ra porá koyuhopé ûti hanaíti xokoyo ra Emo`ú Têrenóe Yokó Itukeovó, enoíkopo ko`ítuke ûti, noxea ûti koyekú ra Hanaíti Leí, koyekú ra kixoakú kuveúke ra Ihikaxovokutí Hanaíti, vo`okú hanaíti vitukinoá visoneú koyekú ra kopenóti hiyeuké purutuye, vo`okú noxoá ûti apeye kalí pihó koepeá ra kopenóti, akotike exeati yuvatí, ako koéveseka ra ihikauvó, pihó koépo, xoá hanaíti kopô vitukinoá visonéu. Enomonekopomó koé ra kalí vitukeovomó noemexotímo ûti ko`ínokeneye ra kopenotihikó kuveúra Hanaíti Ihikaxovókuti, voposikoátimo ra ihikaxovotihiko, Têrenoe ihaé yaye koahatí Sidrolândia, ovokuhiko ra Têrenoe.

Emo`uti Xunatí: Têrenoe; Hanaití, Ihikaxovokutí; Ovoné; Pihopó

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Objeto.....	15
Objetivo.....	15
Objetivos específicos.....	15
Corpus.....	16
Metodologia.....	16
Suporte Teórico	16
Revisão da literatura.....	17
I – Capítulo I - Estado da Arte	17
Breve relato sobre a formação do povo Terena.....	17
Voltando pra casa.....	23
II – Capítulo II.....	28
A Identidade dos acadêmicos Terenas de Sidrolândia e seus desafios na universidade: permanência ou evasão?.....	28
A política de cotas no Brasil.....	32
Considerações.....	38
Referências.....	41

Introdução

Neste trabalho, apresentaremos o resultado de pesquisa acadêmica que investigou a Lei da Cota Indígena na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS e, sua relação com os Terenas. Nossa intenção fora de constatar se o preceito legal é fator que contribui com a admissão e permanência na universidade, ou, se transforma em evasão, bem como, quais os motivos que levam esses sujeitos a evadirem do ambiente universitário.

É constatação que, historicamente ao longo dos 518 anos de existência do Brasil, ou seja, desde a colonização portuguesa, os governos têm deixado de lado os povos tradicionais, raças e etnias, principalmente os negros e indígenas, no que se refere às políticas públicas inclusivas.

A afirmação é percebida, por exemplo, na questão dos problemas vividos pelas comunidades indígenas, pela ausência de acesso à moradia com o mínimo de conforto (de alvenaria), acessível a poucos; no saneamento básico; na não construção de casas de reza como forma de respeito às suas culturas; na falta de acesso à saúde da família; na ausência de garantia de alimentação básica, no desrespeito aos saberes tradicionais desses povos.

Outro problema grave que não se resume em políticas governamentais para resolvê-los, trata-se da demarcação das terras indígenas. Temos poucas terras definitivamente demarcadas e, as poucas demarcações oficializadas advêm da luta dos sujeitos indígenas pelo reconhecimento de terras mães tradicionais.

Na prática, o símbolo do “desenvolvimento” para o capital monopolista está na busca da renda da terra¹, compreendida a partir de Marx, para produção da monocultura e obtenção de *commodities*², sendo que, para que isto aconteça, necessitam de vastas áreas de terra, representados no latifúndio concentrado em mãos de poucos. Produz como consequência a desterritorialização dos indígenas ou seu confinamento em pequenas áreas, misturando etnias, prática que vem se reproduzindo desde a posse da terra pelos brancos. Como exemplo podemos citar as duas reservas demarcadas no entorno da cidade de Dourados, onde encontramos os povos Guarani, Nhandeva, Kaiowa e Terenas no mesmo espaço.

¹ Para (CARIO; BENZANELO, 1986, p. 32) Marx a trata como decorrente da relação social existente numa sociedade desigual, fundamentalmente associada ao monopólio da propriedade privada e da apropriação decorrente do processo de distribuição de mais valia social gerada no capitalismo.

² Commodities é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. (CASTELLO BRANCO, 2008).

Temos que ressaltar que o mínimo de infraestrutura oferecida às comunidades indígenas só pode ser observada por um curto período de tempo (1998 a 2006) no Mato Grosso do Sul, através de políticas implementadas pelo governo progressista do período, sendo que, poucos programas resistiram à conjuntura atual, especialmente e, sobretudo, aqueles já garantidos por lei.

As ações afirmativas no Brasil ofertadas como incentivos a todos aqueles que não tiveram acesso à igualdade de oportunidade, resultado do cenário discriminatório e segregador do país, parte do conceito de equidade expresso na constituição, que se manifesta pelo senso de justiça, imparcialidade, respeito, igualdade de direitos, que para Cury, as políticas compensatórias são ações inclusivas que objetivam:

Corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Com isso se pretende equilibrar uma situação em que a balança sempre tendeu a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando assim ao mesmo tempo, por justiça, os princípios de igualdade com o de equidade (CURY, 2005, p.124).

Para Trow (1973 – 2005), a lei vem com a perspectiva de democratizar o ensino superior e inserir os egressos de escolas públicas, pessoas de baixa renda, pretos, pardos, indígena e pessoas com deficiências. Neste contexto o ensino superior passaria de um sistema elitizado para um sistema de massa.

A intencionalidade da política compensatória aplicada à educação se insere como instrumento para diminuir as desigualdades educacionais para grupos historicamente excluídos. As ações das políticas afirmativas como forma de corrigir as injustiças, tenta favorecer a agregação dos múltiplos sujeitos, colocando-se como um mecanismo fundamental para a exclusão dos preconceitos e discriminações por raça, sexo ou etnia.

Justifica-se esta pauta que tenta democratizar o acesso à educação superior, a histórica resistência dos grupos mais abastados da sociedade, a inclusão desses segmentos e, estas ações políticas tornam-se prioritárias, no sentido de assegurar a representação social dos diversos grupos na universidade pública. Sobre esta perspectiva, Robert (*apud* Anderson, 1998), defende:

As políticas de ação afirmativa baseadas na raça são necessárias nas admissões da faculdade porque uma missão central da universidade é promover uma cultura democrática. Isso requer a construção do capital cultural de todos os cidadãos, para que eles tenham as habilidades comunicativas e imaginativas necessárias para criar um discurso

democrático inclusivo. Faculdades e universidades “aspiram a cultivar a notável e difícil capacidade de se considerar da perspectiva do outro, que é o fundamento da interação crítica necessária para a cidadania ativa e efetiva” (p. 23). Sem um corpo estudantil diverso (para o qual é necessária uma ação afirmativa), as instituições educacionais poderão inculcar apenas capacidades limitadas para interação crítica entre as divisões grupais. Post enfatiza que esse argumento não depende do pensamento de que as identidades correspondem a culturas, ou que os indivíduos tenham identidades fixas. Parte do ponto de uma cultura democrática é libertar indivíduos e cidadãos que atuam coletivamente para se engajar na autodefinição e na autodeterminação, sem se responsabilizar por definições baseadas no nascimento ou na ascendência³ (ANDERSON, 1998, p 10).

A previsão do programa que reserva vagas para o ensino técnico e superior, mais conhecido como a Lei de Cotas, proposto pelo Projeto de Lei nº. 3.627/2004, enviado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional e, sancionada somente no dia 29 de agosto de 2012, pela então Presidente Dilma Vana Rousseff; posteriormente regulamentada pelo Decreto nº. 7.824 (BRASIL, 2012b) e pela Portaria Normativa do MEC nº. 18 (BRASIL, 2012c), ambos de 11 de outubro de 2012, estabelecendo o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior.

No seu interior, no Artigo 5º, prevê:

Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Com este histórico perverso, devemos ressaltar a importância de alguns programas existentes em favor dos povos indígenas, como: educação bilíngue nas escolas públicas indígenas e as cotas para alunos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Todos esses programas são garantidos em lei, o que obriga na sucessão de governos, sua execução quanto Política Pública de Estado e não de interesses partidários, sob a pena da lei.

A janela aberta reproduz outras realizações e conquistas para estes sujeitos, cabendo nesta parcela a Especialização em Língua e Cultura Terena como resultado da abertura da

universidade pública. Concomitantemente, também nos permite produzir pesquisa científica com objetivo de analisar mais detalhadamente, com olhar científico, de como anda a evasão e permanência dos sujeitos que tiveram acesso a política pública da Cota Indígena Terena.

A pesquisa, por compreender diferentes aspectos e uma pluralidade de sujeitos, para o desenvolvimento dos seus objetivos, no primeiro momento discutirá o processo de formação do povo Terena em Sidrolândia-MS, suas origens e terras tradicionais. No segundo momento, discutirá o processo de luta pela retomada de suas terras tradicionais. E, no terceiro momento, discutirá quem são estes sujeitos indígenas que chegam até a Unidade Campo Grande, bem como, os desafios que enfrentam para sua permanência nos cursos. Por fim, como quarto ponto, apresentaremos a política de cotas na UEMS – Campo Grande, onde pretendemos apresentar a forma que esta política acontece e seus resultados concretos junto às comunidades Terenas.

Abarcaremos como fonte, referências bibliográficas, entrevistas aos sujeitos acadêmicos oriundos das aldeias do Município de Sidrolândia, Diretoria de Registro Acadêmico/S.A.U e do Programa Rede de Saberes da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS.

Objeto

As cotas indígenas e os estudantes terenas permanência e evasão.

Objetivo

Lei da cota Indígena universitária e seus reflexos junto aos alunos Terenas como instrumento de ingresso/permanência e evasão na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade Campo.

Objetivos específicos

1. Identificar a política de cotas enquanto instrumento de permanência ou evasão do acadêmico Terena na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade Campo Grande;
2. Analisar as sentidos em relação à evasão, abandono, desistência, reprovação, cancelamento e trancamento de matrícula;

3. Compreender a influência do conflito³ na Terra Buriti na vida acadêmica dos sujeitos Terena.

Corpus

A lei de Cotas indígena universitária e seus reflexos junto aos acadêmicos Terenas do município de Sidrolândia - MS, os fatores que contribuem com a permanência ou a evasão desses sujeitos dos cursos da UEMS, Unidade Campo Grande. Os diferentes por quês presentes nos discursos dos alunos com identidade e cultura peculiares. Que para Orlandi (2012, p. 16). Justifica que o discurso é valorizado “Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação definida pela língua com os sujeitos que a falam e os contextos em que se realiza o dizer.” Portanto, os discursos dos acadêmicos Terenas aqui apresentados inserem-se no cenário de legislação que orienta a política de cotas na educação superior e seus aspectos sociais.

Metodologia

A metodologia será orientada pelos objetivos, de modo que obedecerá às seguintes etapas.

Leitura das obras que compõem o referencial teórico, no sentido de elucidar com maior precisão o objeto investigado.

Levantamento da literatura que aborda o objeto (livros, capítulos artigos, dissertações, teses, sites).

Organização, discussão e sistematização dessa literatura, compondo a monografia.

Elaboração e apresentação da monografia.

Suporte Teórico

Apontam-se aqui alguns autores que poderão servir de base teórica para a abordagem do autores , Enio Puccinelli Orlandi, Jorge Eremites Oliveira, Levi Marques Pereira entre outros.

³ O conflito se refere a ocupação da Fazenda Buriti, por índios terenas da cidade de Sidrolândia no ano de 2013, na retomada da Terra Mãe Buriti, onde as principais lideranças eram alunos indígenas da unidade Campo Grande – UEMS.

Revisão da literatura

Este projeto trata de investigar a política de cota para os sujeitos Terenas na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, unidade Campo Grande, na sua intencionalidade de garantir justiça social além de promover mudanças nas diversas Aldeias promovendo alterações significativas no cenário político, social e econômico do conjunto das comunidades.

Com relação ao referencial teórico utilizaremos como aporte desta pesquisas correlacionadas a política afirmativa da cota para indígenas, entrevista com acadêmicos que abandonaram, desistiram, cancelaram suas matrícula e ou trancaram seus cursos, pesquisa em Sites de Noticias dentre outros. Optamos pelo método histórico e dialético de interpretação da história da humanidade passada, presente e futura, sobre tudo, pelo viés de entendimento da sociedade pelo método materialista dialético, quando concebe a sociedade sobre o ponto de vista de classes, onde nestas classes estão presente o explorador e o explorado; onde o detentor do capital regula inclusive a condição de vida da classe subalterna.

CAPÍTULO I – ESTADO DA ARTE

Breve relato sobre a formação do povo Terena

O Mato Grosso do Sul (MS), localizado no Sul do Centro Oeste do Brasil e centro da América do Sul, antes de ser invadido por espanhóis e portugueses, já possui na sua história a ocupação de suas terras por humanos, por índios de diversas etnias, com suas formas de ocupação do solo e culturas diversas. Narrativas encontradas em gravuras rupestres, na cerâmica, nas crenças, nas danças e nos utensílios e objetos que facilitavam a produção da vida. Histórias pouco reconhecidas em virtude da pratica de escamotear a história e facilitar a consolidação das terras tomadas, dificultando o direito dos indígenas em reconquistá-las na contemporaneidade.

Os vencedores escrevem a história e suas narrativas se tornam soberanas da verdade e, em se tratando de um espaço geográfico de interior do continente sul-americano, o enredo historiografado e discurso decorrente, acontece predominantemente sob a perspectiva atlântica ou andina. Atlântica do ponto de vista da dominação das terras brasileiras pelos portugueses, através do Oceano Atlântico e, andina, pelos espanhóis que ocuparam a região tendo como ponto inicial de exploração limitado pela Cordilheira dos Andes. Dessa forma

ocorre um esvaziamento de explicações detalhadas dos eventos ocorridos na tomada das terras indígenas na porção onde hoje é o Estado MS, justificado assim por NOVAES e GOMES (2010).

Para Rodrigues (1978, p. 21-22), MS era um viveiro de índios de diversas nações silvícolas, destacando a nação Guaicurus ou Mbaíás, famosos cavaleiros que habitavam deste o rio Apa (fronteira do Paraguai) até o atual município de Miranda; os Paiaguás, índios embarcados em suas pirogas que cortavam rios, corixos e vazantes no pantanal, eram exímios flecheiros com fama de sanguinolentos; os Caiuás, que habitavam da margem do rio Paraná até os rios Iguatemi e Pardo; dentre outras pequenas nações.

No entanto, fragmentos dessas histórias de andanças são percebidos na narrativa a partir da memória do Povo Terena, envolto por migrações para fugir da captura para escravização, ou das disputas territoriais entre portugueses e espanhóis pela região e, por fim, também pela forma como a colônia portuguesa consolidou a ocupação do território brasileiro, incluso o Mato Grosso do Sul. Utilizando-se da desterritorização, da dominação e do adestramento produzindo conseqüentemente eliminação da cultura Terena pela utilização da imposição linguística, pela educação formal, dentre outros elementos, como forma de submeter os indígenas à cultura dominante.

Os traços históricos dos antepassados Terenas reproduzidos pela geração do presente são resultados dessa trajetória quanto povo, possibilitando Oliveira; Pereira (2012, p. 27) caracterizar a nação Terena como sendo uma sociedade indígena descendentes daquelas genericamente chamadas de Guaná, Chané, Chané-Guaná ou Guaná-Chané (*Guaná-Txané*), dos quais os atuais Terenas descendem de um dos subgrupos Guaná ou Chané, da família linguística Aruák. Para Cardoso de Oliveira (1976) os Guaná chegaram a Miranda na segunda metade do século XVIII, transpondo o rio Paraguai e fugindo do branco, das guerras, das disputas territoriais.

Oliveira; Pereira (2012) defende que o povo Terena tem na sua organização territorial da contemporaneidade a partir da ocupação da Serra de Maracaju, isso acontece desde a segunda metade do século XIX, durante e após a guerra entre da Tríplice Aliança (1864-1870 – Brasil, Paraguai e Argentina), onde número expressivo de Terenas atuou como soldados combatentes no exercito brasileiro. Como atores importantes na derrota do Paraguai esses povos reveidicaram os territórios que ocupavam anteriormente à guerra, na região do então Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul.

Sobre a participação dos indígenas na Guerra do Paraguai, Vargas (2005) afirma que esta fora a primeira oportunidade de firmar compromisso entre governo brasileiro e os Terena,

sendo que ao final da guerra essa etnia teria suas terras demarcadas. A guerra reafirma a importância dos indígenas na consolidação do território brasileiro, como também, demonstra que os Terenas eram originários da região antes da colonização pelo branco desse espaço geográfico, destacado em:

[...] A importância que as sociedades indígenas representaram para o exército brasileiro na luta contra os paraguaios, como soldados e conhecedores da região, tornando-se, assim, ótimos guias, responsáveis pelo abastecimento de alimentos para os soldados brasileiros, tanto nos acampamentos da região, quanto em suas próprias aldeias; essas também serviram como refúgios para os não índios, como, por exemplo Pirainha, aldeia Terena próxima à serra de Maracajú. Constituída provavelmente durante esse conflito, serviu de refúgio para os brasileiros durante a referida guerra, fato que pode ser comprovado pelos registros de Taunay (1931), sobre a chegada de parte do exército brasileiro em uma das aldeias Terena, demonstrando a relação que havia entre o exército brasileiro e esses índios [...].

Isso em consideração, o Brasil vence a Guerra contra o Paraguai, no entanto, para os Terena o tempo de paz tem pouca duração, inicia-se um novo conflito num cenário de um povo empobrecido, com muitos mortos e doentes. As terras antes compostas por aldeias dão lugar a uma nova configuração geográfica, agora formada por inúmeras e belas fazendas.

Altenfelder Silva (1949, p. 281), afirma que os Terena, logo após o fim da guerra, encontravam-se nas seguintes localidades:

Pouco após a campanha do Paraguai, habitavam os Terena, segundo eles próprios informam, as seguintes aldeias: *Ipegue* (em área compreendida entre as atuais aldeias de Ipegue e Bananal); *Imokovookoti* (nas imediações da atual aldeia de Cachoeirinha); *Tuminiku* (nas proximidades da atual aldeia de Bananal); *Coxi* (próxima ao córrego de Taquarí); *Naxe-Daxe* (nas proximidades do córrego do mesmo nome); *Háokoé* (nome Terena para a fruta do pindó; situava-se a aldeia a uma légua de *Tuminiku*); *Moreira* e *Akuleá* (ambas nas proximidades de Miranda); *Kamakuê* (próxima à atual aldeia de Duque Estrada); *Brejão* (próxima a Nioaque); *Limão Verde* (próxima a Aquidauana); *Cerradinho* (na área do atual Município de Campo Grande). Nessa época estimavam-se os Terena entre 3 e 4 mil. (grifos do original).

Sobre os Terenas de Sidrolândia, apesar de ser impossível contar a história da cidade sem incluí-los, percebe-se descaso total com a comunidade, tanto em fonte pesquisa nos sites de notícias local, quanto no site da própria Prefeitura do Município, como também em

pesquisas científicas, pudemos encontrar apenas a narrativa burguesa sobre a territorialização dos terenas no município.

Sebastião (2016) defende que após o pós-guerra, índios Terenas passaram a reivindicar as terras que eram ocupadas por eles antes da guerra, assim como aquelas onde eles se estabeleceram durante a guerra, destacando: as aldeias de Buriti, localizadas atualmente entre os municípios de Sidrolândia e Dois irmãos do Buriti; Brejão, na região de Nioaque e Limão Verde na região de Aquidauana. Somente em 1905, início do século XX, é que a aldeia de Cachoeirinha foi legalizada como Reserva Indígena, as demais aldeias somente muitos anos depois passaram a ter esta condição. Isto, sem dúvida, deve-se principalmente aos próprios Terenas, sua resistência e luta.

G. S. C. (55 anos), neto de um tratorista da fazenda Quitantina na região do Distrito de Quebra-Coco, narra que: *“vivia na Fazenda Quitandinha, região do Quebra-Coco, desde os três anos de idade. Meu bisavô e meu pai foram funcionários da fazenda, meu pai era tratorista, eu conheço bem essa história. Os Terenas eram trazidos da região de Aquidauana para serem mão de obra escrava, pois a fazenda estava sendo aberta. O trabalho dos índios consistia em desmatar, fazer cercas e ajudar na construção das casas, eles dominavam muito bem a arte de cobrir as casas de sapé, trabalhavam de sol a sol no final do mês nunca recebiam, a justificativa era que eles já teriam gasto os salários em uma espécie de mercearia local, onde os produtos eram 200% mais caros. Ai eles se alongavam iam para as serras se misturavam com os outros índios eram muito resistentes, mais são poucas pessoas que vão contar essa verdade, essa é uma verdade que não interessa”*.

Bittencourt; Ladeira (2000, p. 78), explicita a utilização da mão de obra indígena:

Naquela época os Terena se encontravam fora de sua aldeia, trabalhando nas fazendas em condições de quase escravidão. Trabalhavam quase sem remuneração e muitas vezes os fazendeiros simulavam o acerto de contas e diziam, aproveitando-se dos índios: você ainda está devendo, portanto tem que trabalhar mais um ano. E a cada acerto de contas eles repetiam o mesmo.

A exploração da mão de obra Terena mostra com fidelidade a aptidão da etnia para a agricultura, derrubando, assim, todo mito de que os índios são preguiçosos.

ASSUNÇÃO (2014) explica o processo de ocupação das terras na região de Sidrolândia acontecendo da seguinte forma:

O morador do município de Sidrolândia, Sr. Zoé Prates Silvério, 62 anos, relata que a região era parte da Sesmaria de Ribas do Rio Pardo, que

iniciava a beira do Rio Ribas do Rio Pardo, 120 Km de Campo Grande, passava por Sidrolândia e ia até a cidade de Amambai, além 250 km de Sidrolândia, fronteira com o Paraguai, cujo sesmeiro era o Barão de Antonino Prates, bisavô do Sr. Zoé.

Comenta que os primeiros migrantes que chegaram à região do Vacaria (Sidrolândia), área de grande produtividade, foram famílias paulista e mineiras. Eram bandeirantes ou descendentes destes que se apropriaram de vastas porções de terra transformando-as em grandes fazendas e, para legalizá-las, iam a Cuiabá – MT, na época capital do Estado, com “duas testemunhas”, que atestavam que estes eram famílias originárias da região, dando-lhes, o governo, posse documentada e definitiva dessas terras.

A segunda forma de ocupação da região acontece como defesa do território nacional. A região por ser situada próxima a fronteira com o Paraguai, 200 km de fronteira seca, sempre foi espaço de terra em disputa. Estamos falando do espaço geográfico no hoje Mato Grosso do Sul, propriamente de parte da Sesmaria de Ribas de Rio Pardo, aproximando ainda mais, dos 250 quilômetros entre Amambai e Sidrolândia.

Para coibir incursões de índios que viviam na faixa de fronteira e ora estavam em território paraguaio - ora em território brasileiro, e invasões do próprio povo paraguaio, o governo brasileiro como forma de ocupação do espaço geográfico, oferece extensas áreas de terras a empresas estrangeiras. Foi assim que se estabelece na região de fronteira a Companhia Mate Laranjeira (TERRA, 2010), primeiro grande empreendimento implantado nesta porção do território brasileiro. Processo idêntico ocorre nos Campos da Vacaria, atualmente complexo Eldorado de assentamentos, onde em 1912 a Companhia norte-americana Brasil Land and Paching Company é presenteada com um total de 145.705 hectares.

Esta forma de colonização forçada da região é definida por (BOSI, 1992) em três palavras que se aparentam pela raiz verbal comum: *Colonização* retrata o processo pelo qual o conquistador ocupa e explora novas terras e domina os seus naturais. *Culto* remete à memória dos deuses e dos antepassados que vencedores e vencidos celebram. *Cultura* é não só a herança de valores, mas também, o projeto de um convívio mais humano. Cada conceito responde uma dimensão temporal, o presente, o passado e o futuro.

Foi o estilo de colonização brasileira - brancos europeus, seus fidalgos e vassallos - que produziu a desterritorialização dos índios no Mato Grosso do Sul, a migração constante e a dominação, o adestramento e quase eliminação de suas culturas, de um processo de imposição linguística, da educação formal além de outros elementos utilizados para submeter os indígenas à cultura da coroa portuguesa ou da república.

Um Diretório dos Índios foi criado para produzir a domesticação dos índios, delegando poderes aos súditos da coroa através de lei promulgada em junho de 1755 por D. José I, rei de Portugal, quando incumbido ao Marquês de Pombal a fazer valer em terras brasileiras. O dispositivo passava os aldeamentos para a condição de vilas ou aldeias

gerenciadas por um diretor que possuía o domínio sobre os povos indígenas e tencionava para agregar os indígenas à sociedade colonial. O Diretório também consentia o casamento entre os vassallos, indígenas e portugueses, mediante oferta de vantagens (cargos públicos), com o objetivo de miscigenar os povos e torná-los cervos da coroa.

Garcia (2007, p. 24) reforça o papel do Diretório e das políticas adotadas pela coroa portuguesa:

[...] a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre estes, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural.

Para Bosi (1992, p. 15), a estrutura colonial é, assim, “um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do colo: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais”.

[...] incorpora, literalmente, os bens materiais e culturais do negro e do índio, pois lhe interessa e lhe dá sumo gosto tomar para si a força de seu braço, o corpo de suas mulheres, as suas receitas bem-sucedidas de plantar e cozer e, por extensão, os seus expedientes rústicos, logo indispensáveis, de sobrevivência (BOSI, p. 28).

Outra forma de tentar submeter os indígenas à estrutura colonial fora através da política públicas de educação formal, obrigatória e imposta aos indígenas. Onde todas as vilas e aldeias teriam uma escola pública, o currículo era composto de português, ensinava-se matemática para os meninos e, para as meninas, o artesanato além da educação religiosa aplicada através da doutrina cristã.

Imposição fundamental adotado pela coroa para o domínio da cultura indígena acontece, também, pela proibição de falarem sua própria língua. Todos eram obrigados a falar a língua portuguesa, considerada civilizada. A imposição seria apenas uma fração do projeto de governo de colonização linguística, cujo objetivo principal do projeto pombalino, reafirmando a vontade de transformar indígenas em súditos da coroa de Portugal (DIRECTORIO, parágrafo 7, p. 4).

A colonização é, então, obscurecida, assim com a escravidão, embora não consiga apagar as diferentes identidades indígenas que continuam a existir mesmo subalternizadas. O “índio” passa a ser o elemento diferenciador destinado a desaparecer. Seja a infância ou a velhice da humanidade, ele possuía como destino integrar-se à comunidade nacional, como apontam

José Bonifácio e sua proposta de civilização do “índio” apresentada à Assembleia Constituinte de 1823 e o Regimento das Missões, de 1845.

Então, ao longo da história do povo Terena, foram produzidas variantes diversas para estabelecer a atual condição e contornos de existência da etnia no Mato Grosso do Sul e, por conseguinte, na região de Sidrolândia, percebidos e envoltos pelas cicatrizes da dominação, do desprezo, da dificuldade de reprodução da vida, do desrespeito ao direito a sua cultura, da ausência do reconhecimento às suas terras originárias.

A submissão ao extremo também produz revolução, representadas nas lutas pelas retomadas das terras tradicionais terenas na contemporaneidade, resignificando novas possibilidades, inclusive de (re)existência da etnia. Passaremos agora de discutir as insurgências atuais com contornos da reorganização dos Terenas sob a ótica de retomada das terras tradicionais.

Voltando pra casa

Para Oliveira e Pereira (2013) os conflitos envolvendo a demarcação das terras Terenas iniciaram a partir do final da Guerra com o Paraguai com o controle absoluto da região pelo governo brasileiro, que repassou o território Terena da Serra de Maracaju para o então governo do Mato Grosso, que às reconheceu como terras devolutas, vendendo-as a terceiros e, ignorando, assim, a Lei de Terras de 1850 (Lei 601).

Stedile (2000, p. 06), entende que a Lei da Terra foi uma imposição ao governo brasileiro, com o intuito de frear revoluções sociais. O autor defende que a letra lei o dispositivo de fato nunca se tornou ação concreta, até porque a concentração de terra persiste no Brasil na contemporaneidade, impedindo o campesinato e os povos originários do acesso às políticas públicas, provocando êxodo em massa do campo para cidade, inclusive de indígenas.

O reflexo dessa política desastrosa leva os Terenas a atualmente possuírem apenas 2.090 hectares tituladas na região de Sidrolândia, quantidade de terra insuficiente para o desenvolvimento da agricultura, sendo que a grande maioria planta apenas para subsistência, originando a disputa crescente nos últimos anos pela posse das terras Buriti.

Pereira e Oliveira (2013) realizaram a pedido da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul uma pericia judicial de natureza antropológica, arqueológica e histórica. De acordo com o laudo técnico-científico divulgado ainda em 2003, as terras de ocupação tradicionais indígenas

deveriam ser estendidas para 17.200 hectares, situando-se na região serrana de Maracaju, entre os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Destacamos que a perícia foi realizada atendendo ao pedido dos fazendeiros da região à Justiça Federal. Orlandi (2012, p. 213), afirma que “[...] nos processos discursivos há sempre ‘furos’, falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência”.

Historicamente os Terenas jamais desistiram de retomar seu território de origem e, os instrumentos para alcançar esse objetivo foram os mais diversos: desde as disputas eleitorais, obtenção de cargos através de alianças pontuais com uma diversidade de partidos políticos, a diálogos pontuais e institucionais com as diferentes esferas de governo, até a resistência e enfrentamento com o latifúndio.

O indígena Terena V. F., 43 anos, Cacique por dois mandatos consecutivos da aldeia Buriti, zona urbana de Sidrolândia, estudante desistente do curso de Gestão Pública na Universidade Católica Dom Bosco, primeiro coordenador de políticas indígenas para o município de Sidrolândia e, atualmente, Diretor do Departamento de Transito da municipalidade (cargos de confiança), além de também ter exercido a função de representante do MS no Conselho Nacional de Políticas Indígenas (CNPS), defende que: *“Nunca buscamos nenhum tipo de conflito, apenas nos reservamos o direito de ocupar nossas áreas tradicionais, após perícias técnicas reconhecidas pela justiça dentro da legalidade, e para garantir esse direito a nós Terenas, estamos fazendo as disputas eleitorais e já construímos uma historia importante nessa frente, quando elegemos os indígenas Mauricio Vitorino, Adão Bernardo, Percedino Rodrigues, Eder Alcântara, Edimar da Silva Gorge em Dois Irmão do Buriti e, em Sidrolândia, estamos ocupando nossos espaços políticos administrativos. Para nós a política é apenas mais um instrumento em defesa dos nossos direitos, a saúde, a educação, a agricultura sustentável e, é claro, mais um aporte para garantir a demarcação de nossas terras. Ampliamos com o povo assentado e com os Kilombolas nossas lutas são iguais, todos os governos e todos os partidos nos reservam o isolamento, então temos exercitado a persistência e resistência. Também aprendemos a usar os mecanismo do capitalismo a nosso favor, cansamos de ser usados eleitoralmente, se tem espaços para serem ocupados que sejamos nós os protagonistas”*.

Os Terenas possuem um olhar próprio sobre os conflitos que envolvem sua nação. Para quem só conhece o problema a partir das manchetes dos Jornais e sites noticiosos, provavelmente interpreta como uma disputa de terras entre índios e fazendeiros no qual quase sempre o desfecho será o acontecimento de alguns índios executados barbaramente. No

entanto, neste processo, esta a reconquista do que para os Terenas há de mais sagrado, suas Terras Originárias.

A trajetória pela retomada dos territórios Terena Buriti se configurou por processo envolvendo, mantendo e adquirindo novos métodos, com o objetivo de transportar as cercas que os impedem de voltar para casa, ultrapassando as barreiras e fronteiras impostas pelo latifúndio.

Para Martins (2009, p. 11) a fronteira se caracteriza em um patamar interessante:

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.

À volta para casa do povo Terena é fruto da questão agrária que faz parte da condição histórica do Brasil, e possuem delineamentos similares as formas de ocupação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). As estratégias para a retomada das terras Buriti foram desde o fechamento de estradas e ocupação de órgãos públicos, possibilitando hoje a garantia da ocupação de 90% da posse das hoje 17.200 hectares de terras, entre retomadas e terras já reconhecidamente indígenas.

Sidrolândia que já era um município com um dos maiores números de assentamentos do Brasil, agora vê de forma pujante a reorganização dos índios em seus territórios descendentes.

Saquet (2003, p. 28), define assim as relações que efetivam e constituem os territórios:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes, entralidades/temporalidades/ territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios.

Ao considerarmos o auxílio de Saquet percebemos a associação na luta dos índios Terenas e assentados, que indicando um mesmo caminho composto de elementos culturais, econômicos, políticos e de produção, que, neste sentido, certamente caracterizaram uma voz coletiva na retomada e manutenção desses territórios de reforma agrária que não é diferente

para índios e brancos. Os Terenas mesmo com o processo de desterritorialização e constantes conflitos, se consolidam como a segunda maior tribo indígena do MS.

Fazendo um paralelo entre a acumulação das terras no Brasil e no Município de Sidrolândia, Assunção (2014), considera que Sidrolândia:

[...] apresenta as mesmas características da ocupação territorial do Brasil. Após a guerra do Paraguai, o governo brasileiro distribuiu terras para fazer a ocupação do espaço geográfico, sendo assim que chegou a Sidrolândia Sidrônio Antunes de Almeida. Posteriormente o incentivo fiscal trouxe muitos colonos gaúchos que compraram terra e passaram a desenvolver uma intensa produção agrícola, baseada na soja e no milho, além da criação de gado no modelo tradicional, extensivo, ambos utilizando-se de vastas porções de terra e pouca mão de obra. Esta forma de produção contribuiu para a concentração fundiária, o monopólio das terras, e o domínio do poder político na cidade de Sidrolândia, sempre administrada por representantes do setor latifundiário e agro negócio.

A tomada a fórceps das terras tradicionais Terena ao longo da história, a ausência de uma política que satisfaça fazendeiros (pagamento de indenizações pelas benfeitorias nas terras) e indígenas (reterritorialização com reconhecimento da reserva indígena), produz na atualidade levantes indígenas na região. Recentemente, no ano de 2013, os Terena de Sidrolândia ocuparam a Fazenda São José, de propriedade de família tradicional do estado, terra reconhecida indígena pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

No processo de ocupação desta propriedade, narram os acadêmicos da UEMS, que os jovens se preparavam para a aula, foram surpreendidos no dia 30 de maio de 2013, às 6 horas da manhã por aproximadamente de 300 a 400 Polícias (Federais, com suporte das polícias civis e militares de Sidrolândia), com o objetivo de fazer a reintegração. Eram aproximadamente 1.500 guerreiros Terenas, de outros municípios inclusive, fazendo a resistência.

O Terena G. T. conta que os policiais chegaram jogando bombas de efeito moral, spray de pimenta e utilizando, também, tiros de arma de fogo com balas letal e não letal. *“Depois começaram a atirar pra valer (arma de fogo). Resistimos com pedras e eles atiravam. Foi um horror, um horror. É doído a gente ver um patrício morrer defendendo algo que lhe pertence. Essa terra é nossa, é a nossa vida. A Justiça disse que é nossa. Mesmo assim, morremos sobre ela... morremos por um pedaço de chão. Vamos ficar aqui, vamos resistir”*.

O conselheiro tutelar da época e acadêmicos do curso de geografia da UEMS A.S.A., afirma que fora chamado pelos acadêmicos indígenas logo nas primeiras horas do conflito,

que chegou em carro identificado com timbre do Conselho Tutelar de Sidrolândia: *“fui lá para garantir ao menos o cumprimento da defesa das crianças e adolescentes, pois pessoas estavam sendo barbaramente executadas. No entanto, os policiais federais fortemente armados impediram que prestássemos socorro. Era uma verdadeira praça de guerra não se via um índio sequer, só policiais”*.

A liderança G. T., reforçou que os indígenas não sairão da área retomada na Terra Indígena Buriti, onde continuam até hoje. *“Ao longe era possível ouvir tiros, gritos de mulheres e crianças chorando”*.

O membro da comunidade Terena Buriti N. P., 81 anos, pela sua história de vida, foi incisivo ao explicar os motivos para tanta luta: *“Quando a etnia branca chegou aqui, tinha índio e bicho. E tinha muita caça e mata virgem. Queremos parte daquilo que já era nosso. Isso é a síntese da nossa luta”*. Acrescenta que considera que a oportunidade de estudos tem aumentado os embates entre índios e brancos. *“Hoje temos ensino médio nas aldeias. Temos acadêmicos nas universidades. Nós ficávamos quietos, isso não era assim. Estamos ampliando horizontes”*. São 500 alunos que estudam na escola localizada dentro da aldeia.

Na visita à área retomada percebemos que os indígenas, para sua subsistência, vêm plantando feijão de corda, banana, maxixe, abóbora, entre outros. E tem reafirmado que lutam para terem seus direitos reconhecidos e, que para isso, necessitam que a *“justiça olhe com carinho a finalidade da função, que é reaver parte do território perdido”*.

Como saldo do embate na reintegração de posse, ficaram 13 Terenas feridos e um morto Osiel Gabriel, anunciada por G. T. por telefone *“Mataram um guerreiro Terena! Tem guerreiro no hospital! Chegaram de forma covarde, com balas e bombas. Atiraram pra matar. Não teve negociação. O Estado manda em tudo, em juiz, em tudo. Nós aqui morrendo por um pedaço de terra. Osiel era jovem, comprometido com a vida de seu povo”*. Também conforme narrado pela mídia escrita e televisiva⁴.

Com o ocorrido, o governo do estado suspende a reintegração da fazenda, no entanto, a resistência persiste contra o capital, aumenta a insegurança pelas suas vidas justamente em terra sagrada, que por sua vez reproduz outro resultado na vida dos acadêmicos Terenas, torna-se elemento que desestimula sua ida a universidade.

Segundos dados fornecidos pela Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena –EMSI (2013) a Extensão Territorial ocupada pela população Terena é de aproximadamente 17.000

⁴ Mais sobre a cobertura da mídia sobre o embate entre policiais indígenas na retomada da terra Buriti: <<https://www.campograndenews.com.br/rural/indios-da-aldeia-buriti-lutam-por-17-mil-hectares-de-terra-e-ocupam-fazenda>>. <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/indios-terena-invadem-pela-segunda-vez-fazenda-buriti-em-sidrolandia>>. <<https://terrasindigenas.org.br/en/terras-indigenas/3626>>.

hectares nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti (juntando reserva e acampamentos em áreas ocupadas). Apresentado a seguinte população urbana e rural conforme tabela a baixo:

Tabela 1: População indígena Terena de Sidrolândia organizada por aldeia

Município	Aldeia	Família por Aldeia	População por aldeia
Dois Irmãos do Buriti	Água Azul	67	266
Dois Irmãos do Buriti	Barrerinho	26	100
Dois Irmãos do Buriti	Oliveira	36	135
Dois Irmãos do Buriti	Olho d'água	43	203
Dois Irmãos do Buriti	Recanto	56	250
Sidrolândia	Buriti	183	643
Sidrolândia	Córrego do meio	140	534
Sidrolândia	Lagoinha	74	534
Sidrolândia	Nova tereré	82	301
Sidrolândia	Nova buriti	80	256
Sidrolândia	10 de maio	18	64
Totais	12 aldeias	931 famílias	3.628 índios

Fonte: Saúde da Família Indígena

Org.: Maria Nazareth (2018)

Os números expressão o resultado de uma população resistente e sem medo, que tem lutado pela demarcação de suas terras, mas também lutam pelo acesso a políticas públicas, historicamente ausentes, que singelamente se perceber nas pequenas frestas abertas em leis aprovas nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas ou, no Congresso Nacional.

II – Capítulo II

A Identidade dos acadêmicos Terenas de Sidrolândia e seus desafios na universidade: permanência ou evasão?

Na tabela 1, pode se perceber a presença de aldeias Terenas das cidades de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, dois municípios vizinhos, onde suas divisas são estabelecidas pelo rio Dois Irmãos e Córrego do Meio, no entanto, para os indígenas que se estabeleceram na região, apesar da existência de três aldeias muito próximas, consideram-se irmãos, trocam experiência, se articulam, algumas vezes com organização mutua para reconquista de terras. São índios que na recuperação de terras, famílias de lá vem para cá para ter seu espaço de produção da vida ou, de cá faz o percurso inverso.

É importante destacar que a etnia majoritária na região é Terena (aproximadamente 95%), sendo o restante (5%), pertencente à etnia Guarani, onde alguns vivem nas terras terenas ou, se organizam em acampamentos de beira de estrada, como também no interior de fazendas. O Guarani é a etnia mais vulnerável da região.

Como forma de subsistência, uma boa parcela dos indígenas são trabalhadores da JBS abate de aves, ou funcionários públicos do município via contrato de trabalho, como também, ofertam sua mão de obra para os fazendeiros na condição de diarista e, a produção em cada porção de terra reconquistada ou já demarcada serve para a subsistência.

Na rotina diária dos indígenas terenas acadêmicos, para chegar até à universidade reproduz uma via sacra que inicia pontualmente às 2(duas) horas da manhã com a tomada do ônibus da empresa Seara Alimentos (JBS), onde o primeiro turno se inicia às 3(três) horas e vai até meio dia.

Às 13 horas estão em casa novamente, para o almoço banho e deslocamento até o ponto de ônibus onde acontece o transporte universitário das aldeias até Sidrolândia por volta das 14 horas e 30 minutos, sem direito a atraso. O primeiro trecho do transporte é feito em ônibus escolar que é precário, estudantes ficam expostos ao pó e chuva, aos buracos da estrada, atoleiros e, às 16 horas e 30 minutos são deixados na praça central na área urbana de Sidrolândia, percurso de 50 quilômetros.

No trajeto longo das aldeias até Sidrolândia, os acadêmicos chegam sempre sujos e recorrem ao banheiro fétido da praça central, dividindo-o com prostitutas e usuários de drogas a higiene pessoal (lavar o rosto os braços e trocar as peças superiores da vestimenta). O quadro descrito já norteia que nessas condições a socialização com os outros grupos de acadêmicos da cidade será quase impossível.

Na praça central acontece à segunda parte da viagem universitária, os acadêmicos fazem o transbordo para os ônibus fretados, estes em melhores condições de uso. Agora se juntam aos demais estudantes (assentados e urbanos) em 12 ônibus, cada um com destino a uma universidade ou curso técnico. A saída para Campo Grande ou Maracaju acontece às 17 horas e 30 minutos, com chegada aos destinos por volta das 19 horas.

A realidade diária dos trabalhadores/acadêmicos indígenas para enfrentam essa jornada, pelo tempo escasso, em sua maioria, lhe é reservado geralmente não almoçar nem jantar/lanchar pela falta de recursos. O retorno a suas residências acontece no término da aula às 22 horas e 30 minutos, saindo de campo Grande, chegada em Sidrolândia na praça central às 0:30 (trinta) minutos do dia seguinte, chegando na aldeia novamente por volta da 1 hora e

30 minutos. E este é o primeiro desafio para participar das aulas e assimilar os conhecimentos propostos.

Mesmos vítimas da adversidade no espaço de disputas ideológicas e para garantir o transporte gratuito universitário, índios e assentados transforma-se em família única, apesar de ser o grupo minoritário, são os que dão sustentação para o transporte universitário.

Como exemplo, no ano de 2012 a administração do período revogou o transporte gratuito e passou a administração das viagens para Associação dos Universitários Urbanos, que por sua vez, mesmo mediante pagamento, se recusaram a transportar os acadêmicos do campo (indígenas e assentados). A postura da entidade produzindo segregação, provocou a ocupação da Prefeitura Municipal de Sidrolândia, fechamento da BR 060 e manifestações na cidade, produzindo como efeito o recuo da administração local em suas intenções. Como resultado acontece à volta do transporte universitário gratuito, como a criação de uma lei municipal que garantiu o direito de todos. Lei aprovada pela Câmara Municipal de Sidrolândia⁵ ainda no ano de 2012.

Recortes da imprensa estadual⁶ relataram o acontecido na época, noticiando a invasão do paço municipal de Sidrolândia por alunos indígenas e assentados. A matéria cita que alguns índios mais radicais com corpo pintado e ostentando na cabeça cocares coloridos, chegaram a sugerir derrubar a porta do gabinete. São 100 estudantes da zona rural que fazem faculdade em Campo Grande e Maracaju. Entrevista do acadêmico indígena G., posteriormente desistente de seu curso, denuncia que o ato decorre da falta da prefeitura em não cumprir com seu dever na área de educação: *“não temos dinheiro para tirar cópia da relação de acadêmicos, como vamos pagar transporte?”*.

Outro fator que provocou a desistência dos alunos de áreas rurais refere-se à falta de pagamento das transportadoras pelo poder municipal, provocando constantes greves das empresas. O acadêmico Terena A. G. N. do curso de Letras/Espanhol da UEMS-Campo Grande, explica os motivos: *“Os coordenadores dos cursos da UEMS sempre compreenderam nossas dificuldades, sempre entramos nas aulas após as 18 horas e 30 minutos, havia essa tolerância, mas acompanhar as disciplinas em época de falta de transporte escolar era mais complicado, não tínhamos tempo de copiar conteúdos perdidos”*.

⁵ Para maior sobre a Lei do Transporte Universitário de Sidrolândia ler: <http://www.msnoticias.com.br/editorias/interior-mato-grosso-sul/transporte-universitario-de-sidrolandia-possui- apenas-uma-definicao/11776/>

⁶ <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indigenas-ocupam-prefeitura-em-busca-de-gratuidade-em-transporte-universitario>

O estudante em questão além de trabalhador é arrimo de família e na tribo desempenha outro papel junto a sua comunidade, o de guerreiro. Como guerreiro-estudante se envolveu no dia 18 de maio de 2013, na retomada da fazenda Buriti, atestada como terra indígena desde século XIX, através de levantamento histórico e antropológico através de provas materiais e imateriais.

O acadêmico A. G. N., desistente do curso de letras-espanhol no sexto semestre, que ao narrar sua trajetória, começa lembrando a frase de Marcos Terena: *“Posso ser o que você é sem deixar de ser quem sou”*, reafirmando assim a identidade de acadêmico-guerreiro, *“agora nesse momento lembro claramente dos acontecimentos daquele dia, os policiais não estavam ali para ter piedade de ninguém. Lembro que naquele dia o meu pessoal corria feio locos para todos os lados parecia um uma guerra, foi terrível. Até hoje eu não acredito perdemos um irmão”*.

Para A. G. N. o conflito interferiu muito: *“inclusive eu fiquei ate com medo de ir pra universidade, porque com a morte do Osiel, pensei que agente seria perseguido por fazendeiros, porque chego um tempo que tinha gente perseguindo o nosso ônibus meia noite quando víamos da faculdade, eram momentos bem complicados, ficávamos com medo de ir para a faculdade e morrer na estrada”*.

Para o sujeito acadêmico-guerreiro Terena, seu percurso de vida na academia, cuja instituição admitiu o seu ingresso, deve ser um ente/sujeito passível de ser objeto constante de melhor estudo, visto que, mesmo que com todas as dificuldades de vida narrada, seu final quase sempre não é de final feliz. Estudos para que possamos melhor identificar os motivos da evasão universitária; nas raízes do problema devemos considerar suas lutas pela demarcação de terras, a distância da unidade em relação a suas aldeias, a falta de recursos financeiros, a má alimentação ou falta dela.

À universidade cabe continuar dialogando com os egressos, ouvindo as diferentes vozes e suas manifestações, compreendendo os desafios da permanência nos cursos.

Outro aluno, E. G., também aluno desistente do curso de Letras/Inglês no sexto semestre explica: *“entrei na uems em 2014 Campo Grande, pelo sistema de cota indígena, cursava letras inglês, sou casado tenho 2 filhos, tive que abandonar o emprego pra poder estudar. Minha família me ajudou e nessa hora família foi fundamental, me deram o maior apoio ajudando no que foi necessário. Minha principal dificuldade, sem duvidas a maior de todas, foi abandonar o emprego e ficar sem ganho nenhum. Apesar que eu ganhava 346 reais de bolsa do Vale Universidade Indígena, isso não era suficiente para sustentar a família. Eu me sentava no fundo, mas me relacionava muito bem com todos os colegas, todas*

as matérias eram legais. Mas, no primeiro ano tive muita dificuldade com a literatura brasileira I, só desisti por causa do acúmulo de matérias (DPS), por causa do primeiro semestre perdi duas, no segundo não gostei e saí, fui muito injusto depois de tudo. Só porque eu perdi uma optativa”.

Os depoimentos engrossam a necessidade de pensarmos além da política de cotas. Alunos de áreas rurais (indígenas, assentados, quilombolas, ribeirinhos, entre outros), precisam de políticas afirmativas que garantam sua permanência nos cursos superiores. Como políticas que possam devolver a essas comunidades o muito que perderam ao longo desses 500 anos de exclusão, de políticas públicas que nunca chegaram até suas comunidades. Como possibilidade de que o Brasil produza condições de termos professores, enfermeiros, agrônomos, veterinários, médicos... Além de relacionados com sua população, possuam como norte e matrizes de vida e responsabilidade social com seu povo de origem.

A política de cotas no Brasil

Historicamente e por um bom tempo, as instituições escolares e principalmente a universidade públicas, foram destinadas a formação dos filhos das classes privilegiadas, com seus conteúdos voltados para esta elite. (QUEIROZ, 2001, p. 20) diz que “O acesso desigual dos grupos sociais ao sistema de ensino é um tema que, há décadas, vem ocupando a agenda dos estudiosos no campo da educação”.

Esta prática não pode ser considerada nos dias atuais como vencida, haja vista a conjuntura política de “endireitamento” do Brasil, onde, para os governantes que assumirão para o período de 2019-2022, a meritocracia é palavra forte. Nessas condições, universidades com seus currículos devem voltar-se novamente para determinados grupos sociais. Corremos o risco das políticas de inclusão (cotas, garantia de acesso via ENEM, política de garantia de permanência nos estudos, cursos específicos para segmentos da sociedade) desaparecerem. Então, no processo de seleção das instituições corremos o risco de somente prosseguir sua trajetória escolar, àqueles pertencentes à grupos de privilegiados, excluindo assim, as minorias sociais, que na verdade são a maioria da população.

Melo (2003, p. 24), compreendemos como minorias sociais, “[...] grupos que por terem menor acesso aos mecanismos de poder sofrem interferências em sua forma de viver.”. É nestes grupos o resíduo, com poucas exceções, que ingressam ao ensino superior, devido aos elementos norteadores do sistema de ensino que criam os processos de seleção, aonde os estudantes de determinados segmentos vão sendo eliminados.

Neste sentido, as cotas suprem e oportunizam a membros desta minoria (na verdade maioria), a possibilidade de que negros, índios, estudantes egressos do ensino público, a ingressem na Educação Superior. No entanto, a inclusão não deve ressignificar somente com a possibilidade do acesso, mas em outras políticas que deem condições de permanência nos cursos.

Mas, devemos reconhecer que houve avanços, e as cotas é uma das dimensões dessa inclusão na Educação Superior, percebidas com a divulgação de processo seletivos mais acessíveis em várias Universidades. Trata-se de possibilidade para estes sujeitos excluídos exercer seus direitos, incluso direito à educação.

Historicizando, o processo de debate do tema inclusão tomou destaque em 1994 com a Declaração de Salamanca, organizada por Organizações Internacionais, onde reuniu delegados de 92 governos e 25 organizações não governamentais. No entanto, a inclusão, nos países desenvolvidos, já havia tido início na década anterior (1980), sendo que no Brasil o debate só aconteceu no início dos anos de 1990, através de discussões para implementar as ideias presentes no documento final da Declaração Mundial de Educação para todos que aconteceu em Jontien, Tailândia, em 1990, conforme (ANACHE; MACIEL, 2017).

As cotas como instrumento de inclusão é um processo afirmativo, uma via de mão dupla entre a pessoa que é incluída e a sociedade, uma preparação de ambas as partes: sociedade incluindo e o indivíduo que é incluído. Se a questão da educação sempre esteve voltada para o mercado no Brasil, na preparação de profissionais para o mercado do trabalho, o movimento pela inclusão pode ser entendido como instrumento que também pode favorecer o avanço do mercado; contribuindo com os excluídos na sua preparação para o trabalho e, também, atenuando as tensões sociais através de programas inclusivos e ações compensatórias por parte do Estado. Assim, de uma ou outra forma, serve à manutenção da sociedade capitalista. (LANCILLOTTI, 2003, p. 90).

Para Almeida (2009), sobre o papel do Estado na manutenção da sociedade em desenvolvimento, no qual o discurso da inclusão segue a lógica do mercado, porém, deve-se destacar que também serve para amenizar fraturas sociais históricas na tentativa de minimizar as desigualdades sociais. Desta forma, inclusão é compreendida, [...] como discurso apropriado pela classe dominante e aceito pela classe dominada, uma vez que representa lutas pela garantia de seus direitos travadas ao longo da história de determinada sociedade, neste caso a capitalista, representando contradições e consensos presentes nas lutas de classe. (ALMEIDA, 2009, p. 21).

Então, inclusão como política pública, objetiva amenizar questões sociais históricas das populações a margem da sociedade. Assim, o “[...] discurso de inclusão vai se constituindo nas relações que a sociedade civil desenvolve com o estado para dar sustentação às políticas públicas, em particular às políticas sociais de educação, ao mesmo tempo em que se modifica.” (ALMEIDA, 2009, p. 18).

No contexto de um Brasil com uma enorme disparidade social, com desníveis salariais e de vida de grande monta, as políticas públicas existentes se tornam fundamentais para grande parte da sociedade. No entanto, elas só não bastam, tem-se que a partir da educação também discutirmos a questão dos direitos humanos, para que possamos compreender as Políticas de Cotas para a Educação Superior com um direito social e humano. Gomes defende que as políticas públicas e as ações afirmativas, devem estar voltadas aos grupos à margem da sociedade. [...] políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade racial deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 1995).

Ações afirmativas tentam constituir-se como políticas de promoção ativa da igualdade de oportunidades de todos, produzindo meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente desprivilegiados possam competir nas mesmas condições com os segmentos da sociedade mais privilegiados. São tentativas de soterrar abismos construídos na história por uma sociedade desigual desde sua fundação.

Fica evidente que a implementação deste conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório ou obrigatório, facultativo (não-obrigatório) ou voluntário trabalha para corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnicorraciais com o histórico de exclusão e discriminação. De caráter emergencial e transitório, sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que a originou.

No contexto das universidades brasileiras, o primeiro programa de ação afirmativa aprovado em lei, que garantiu a reserva de vagas para acadêmicos indígenas, ocorreu no ano de 2001 no estado do Paraná, Publicado no Diário Oficial nº. 5969 de 19 de Abril de 2001 que constava em sua redação a reserva de três vagas para serem disputadas entre os índios, integrantes das sociedades indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais (UNIOESTE, UEM, UEL, UEPG, UNICENTRO, UENP, UEP).

No Brasil, a Lei Federal n. 12.711 de 29 de agosto de 2012, intitulada Lei de Cotas, constituiu-se um instrumento histórico para a classe trabalhadora. No seu Art. 5º garante que em cada instituição universitária federal e as instituições de ensino técnico de nível médio, reservarão 50% das vagas, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção aos de pretos, pardos e indígenas da população para cada unidade da federação.

No cenário do Mato Grosso do Sul a Universidade Estadual de Mato Grosso Sul - UEMS adota a política de ações afirmativas que reserva 5% das vagas para candidatos indígenas e, 40% das vagas para alunos de escola pública através da Lei nº. 2.605, de 6 de dezembro de 2002, de propositura do então Governador José Orcírio Miranda dos santos - Zeca do PT, que começa a ser aplicado no vestibular do ano de 2003.

A UEMS possui sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e homologada em 1989. É uma instituição com autonomia didática-científica, administrativa, disciplinar, patrimonial e financeira, de acordo com as leis Estaduais nºs: 1.543 de 8 de dezembro de 1994 e 2583, de 23 de dezembro de 2002. Além da sede em Dourados, está presente em outros 14 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo Campo Grande.

Objetivando uma educação que atenda o conjunto com sociedade sulmatogrossense a UEMS implementou a lei nº 2.589 no vestibular de 2003, reservando 10%, vagas de cada curso superior em cada unidade da instituição, para o segmento indígenas.

Com o objetivo de aproximar do objeto de pesquisa, coletamos dados junto a Diretoria de Registro Acadêmico - SAL – Campo Grande, onde foi disponibilizado informações do período de 2006 a 2016. Para a SAL, passaram nos processos seletivos e se matricularam nos cursos Normal Superior, Letras/Espanho, Letras Ingles, Geografia, Artes Cênicas e dança e Pedagogia, 727 indígenas, sendo que destes, 75% são Terenas, portanto 545 sujeitos indígenas.

Tabela 2: Análise por curso período 2010 - 2015⁷ - período completo 1º a 4º série

	MATRICULA- DOS NOS 1º ANOS	FORMA- DO	REPRO- VADO	CANCELA DO	ABANDO/ DESISTENT E	TRAN - CADO	RETI- DO
Artes Cênicas e Dança	15	1	5	3	4	1	2
Geograf.	13	2	16	2	8	0	7

⁷ Refere-se ao período disponível para análise 1º série até a conclusão na 4º série (três turmas completas) dos cursos: Artes Cênicas e Dança, Geografia, Letras/Espanhol, Letras/Inglês e pedagogia).

Letras / Espanhol	25	7	6	1	8	0	14
Letras / Inglês	12	4	0	3	5	0	5
Pedagog.	21	3	14	0	13	0	6
TOTAIS	86	17	35	9	38	1	34

Fonte: SAU-2016

Org.: Bezerra 2018

Constata-se que no período de 2010 a 2015, adentraram na Unidade Campo Grande três turmas (2010 – 2013; 2011 – 2014) e 2012 – 2015), com os cursos de Artes Cênica e Dança recebendo 15 alunos; Geografia outros 13; Letras/Espanhol 25 aluno; Letras/Inglês 12 alunos e; Pedagogia, 21 alunos, totalizando 86.

Ao final do período constata-se que se formaram um total de 17 alunos cotidas indígenas em todos os cursos, em porcentagem, formaram-se 19,76% dos alunos; desistiu, reprovou, cancelou matrícula, abandonou, trancou ou reteve – 80,24% do alunos que entraram no primeiro ano nestes seis anos (2010 – 2015).

Analisando por curso o aproveitamento (dos alunos ou da universidade) com relação às cotas o acesso e a permanência, constatamos que no **Curso de Artes Cênicas e Dança** (2010 – 2015) formaram-se 6,6% dos alunos que adentraram no primeiro ano, com uma taxa desistência, reprovação, cancelamento de matrícula, abandono, trancamento de 93,34%, a mais alta de todos os cursos; **Geografia** com uma aprovação de 15,38% e desistência, reprovação, cancelamento de matrícula, abandono, trancamento de 84,62%; **Letras/Espanhol** aprovação de 28%, desistência, reprovação, cancelamento de matrícula, abandono, trancamento de 72%; **Letras/Inglês** aprovação de 33,33%, desistência, reprovação, cancelamento de matrícula, abandono, trancamento de 66,63%; **Pedagogia** aprovação de 19,76%, desistência, reprovação, cancelamento de matrícula, abandono, trancamento de 80,24%.

Importante destacar que o Censo escolar indígena de (MEC) 2015, detecta a existência de 20.238 professores indígenas em todo Brasil, sendo que destes apenas 46% possuem formação superior, 46,5 nível médio e 4,5% possuem o ensino fundamental. Torna-se preocupante as porcentagens de alunos que não se formam nos cursos oferecidos pela UEMS em decorrência da situação da educação escolar indígena e a formação de seus professores.

Dados fornecidos pelo Programa Rede de Saberes-UEMS sobre os alunos indígenas que ingressaram nas diferentes unidades da UEMS, do total, 75% pertencem a etnia Terena.

Desses sujeitos, conseguiram concluir os cursos 120 indígenas, sem precisar a etnia e os cursos em que se formaram. Portanto um índice de conclusão com respectiva formação superior de 24,83% dos que ingressaram inicialmente. A SAL não possui dados institucionais sobre quantos sujeitos acadêmicos abandonaram os cursos ou, traçaram matrículas, os dados ainda estão sendo e tabulados e concluídos em torno de 50 a 60% nos cursos disponíveis para a Unidade Campo Grande.

Quanto ao numero sujeitos acadêmicos mulheres e homens, fora nos repassado do período de 2004 a 2011:

Tabela 3: Matrículas de acadêmicos indígenas por sexo – 2004 a 2011

Ano	Ingressante	Mulheres	Homens
2004	67	42	25
2005	58	24	34
2006	86	33	53
2007	67	26	41
2008	82	31	51
2009	68	29	39
2010	90	57	33
2011	105	54	51
Total	623	296	327

Fonte: SAU-UEMS Campo Grande (2017)

Org.: Bezerra (2018)

Sem precisar as etnias indígenas matriculadas na Unidade UEMS Campo Grande, percebe-se pelos dados que 52,48 eram indivíduos do sexo masculino, portanto, 47,52 eram do sexo feminino. Desses, não nos fora informado quantos concluíram seus cursos por sexo.

Informação importante para estabelecer o papel de outras políticas afirmativas de inclusão: as bolsas universitárias para permanência (vale universidade), bem como, o PIBIC (incentivo à iniciação científica) e PIBID (iniciação a docência), ou qualquer outra modalidade de bolsa incentivo, instrumentos que contribuem muito com a permanência dos alunos universitários pela ajuda de custo disponibilizada, a diretoria não sobe responder ou dar informações sobre os fomentos.

Diante dos números apresentados com a implantação do sistema de cotas na UEMS, fica evidente que o sistema oportunizou a entrada de um numero significativo de sujeitos acadêmicos indígenas na unidade de Campo Grande nas áreas de licenciaturas e bacharelados.

No entanto, para a permanência e conclusão dos cursos fica latente a necessidade de existência de outras políticas afirmativas para a permanência e conclusão dos cursos.

Neste sentido, além do instrumento política de cotas - prevista em lei, precisamos também avançar através de outras legislações que garantam a permanência, com condições materiais, financeiras, psicológicas e pedagógicas na universidade pública. Estabelecendo uma relação direta entre a “coisa pública” e o público mais necessitado, os segmentos mais desprivilegiados da sociedade.

Nossos legisladores e governo estadual, em comum acordo, devem propor mecanismos em leis, para que possamos transpor a barreira da desigualdade ainda presente em nossa sociedade, até que cessem nossas diferenças entre as classes, descartando a meritocracia como fonte de inspiração, mas o dever do Estado em reparar os erros históricos impregnado na vida da grande parte dos brasileiros das classes subalternas.

Considerações finais

As informações levantadas no processo de pesquisa deixam explícitas os desníveis na existência humana quanto condições de vida na sociedade brasileira. Onde, só para explicitar o óbvio, uma pequena parcela da sociedade detém o capital, os instrumentos de produção capitalista e a terra, pela forma como se consolidou seu domínio desde a chegada dos portugueses Brasil. Distribuída aos seus súditos, a descendentes e vassalos, escolhidos de acordo com o interesse da coroa, representando garantia de subserviência e servidão ao mandatário.

Nessas condições, a terra, apesar de estarmos num país de proporção continental, ainda hoje é objeto de disputa para uma grande parcela da população, incluindo os indígenas, que lutam pela sobrevivência ou, para, reaver suas terras originárias, terra quanto pátria mãe, instrumento de produção da vida.

A política para o domínio da terra implementada desde o período colônia, também perpassa ao período republicano, onde, terras devolutas foram sendo destinada de acordo com os interesses políticos de cada período. Nunca em nossa história tivemos um olhar governamental que enxergasse a totalidade do povo brasileiro. A terra tornou-se questão emblemática na construção da nossa sociedade. Instrumento de poder, de condução das políticas públicas, de benefícios segmentados a parcela que deteve seu domínio.

Do ponto de vista da consolidação das profissões, ela demarcou a obtenção de títulos, de coronel, de doutor, de advogado, de médicos, de juiz, de desembargador, de ministros....

nas várias esferas de poder. Ainda é possível perceber nesses espaços, filhos de advogados também exercendo a profissão de advogado do pai ou avô, como também os médicos, os generais e coronéis, os juizes e desembargadores, colocando seus filhos como sucessores-substituto no seu fazer social, seu ascendente direto profissional, atividade funcional como carreira hierárquica familiar.

A.S.A., hoje geógrafo professor, nos conta que: *“desde a infância tinha o sonho de ser piloto da força aérea brasileira – aeronáutica. Que aos 16 anos (1986), estudou durante um ano inteiro, pagando pelo curso, para entrar na Escola Preparatória de Cadete do Ar – EPICAR. Que em outubro fez o curso de oficial aviador disponibilizado pela força aérea brasileira. Certo dia, seis meses depois das provas, já trabalhando como escriturário em um banco brasileiro, onde saía às 15 horas para vir em casa almoçar, tomar banho e ir para o seu curso de Graduação de Professores na antiga Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso – FUCMAT, período noturno, chega em sua casa um Tenente da Aeronáutica negro, cujo nome não se recorda. Como não estava pergunta ao seu falecido pai se A.S.A. estava em casa? Respondido lhe foi pelo pai que estava por chegar. Ao depoente chegar é recebido pelo tenente que se apresenta e lhe pergunta se havia feito a prova da EPICAR? Respondido por A.S.A. que sim. Pergunta se sabia que havia ido bem nas provas e que havia passado? Imediatamente responde o depoente que sabia pelo nível de acertos que tinha condições de passar e que estava aguardando ser chamado. O tenente pergunta a A.S.A. se sabia de qual era a cor de sua pele? Respondido lhe foi pelo depoente que negro. Então o tenente negro lhe pergunta quantos aviadores negros ele conhecia da Força Aérea Brasileira? A.S.A. responde que não conhecia nenhum piloto da instituição. Por fim o tenente lhe explica que não havia nenhum piloto negro na Força Aérea Brasileira, que primeiramente chamariam os filhos dos coronéis aviadores, posteriormente os brancos civis e que, no caso dele, negro e das classes subalternas, jamais seria chamado”*.

Esta é cara da discriminação e da meritocracia que se discute num país com traços fortes de desigualdade, onde os instrumentos de seleção são marcados pelo “jeitinho” brasileiro, onde em não existindo política de inclusão e de compensação dessa desigualdade, o fosso entre o muito rico e o muito pobre não deixará nunca de existir.

A quebra desse monopólio particular só começou a acontecer nos dias atuais, com a implementação de políticas compensatórias, como as cotas universitárias, possibilitando adentrar nas universidades públicas ou não, os filhos de trabalhadores subalternos, os negros e os indígenas. Não existe meritocracia para esses casos, existe uma política que aproxima a vaga na universidade por segmento, raça, etnia ou classe social.

Essas poucas políticas irrisórias no mar de desigualdade, que tem provoca a ira dos mais situados economicamente. Mesmo que pertença a classe média trabalhadora, se enxerga como classe superior, como classe abastada e puxa a fileira dos que questionam a política de cotas, a bolsa auxílio, como forma de inclusão.

Não tem como negar, se esta incomodando é que de alguma forma tem provocado resultados satisfatórios, pois para os burgueses e “pseudo” - falso burguês - é inconcebível que seu filho estude em uma universidade pública junto com a plebe, a rale, o seu subserviente.

A cota como política pública temporária é medida importante para se corrigir falhas da educação básica, pois é ela que deveria prepara os alunos para os níveis mais altos da educação. Mas, a abrangência das cotas quanto objetivo, só acontecerá de fato com o aumento das políticas de assistência estudantil nas instituições de ensino superior, onde as perspectivas de inclusão nesta modalidade só aconteceriam de fato com a permanência desses alunos cotistas no ensino superior.

Será fundamental, a criação de outros mecanismos legais, que garantam a permanência do aluno das classes subalternas nos ambientes universitários, ou seja, que consiga propiciar o termino de seus cursos e, ao final, permita seu retorno às suas comunidades retribuindo seu aprendizado, possibilitando que a comunidade cresça com ele.

Os números apresentados refletem esta necessidade. Também é preciso que a universidade pública não somente aproveite este mecanismo, mas, se transforme em instrumento que possa absorver as comunidades indígenas, de forma que ela seja percebida sem diferenças entre as sua forma de vida no campo e a vida acadêmica na cidade. Na Especialização em Língua e Cultura Terena vimos índios com suas famílias inteira na universidade. Recebê-los, sua comunidade, sua família, sua cultura, sua língua, sua identidade material e imaterial..., são situações que a universidade não está preparada.

A distância das aldeias até as universidades, o tempo que demanda o percurso entre aldeia – universidade - aldeia, deve ser objeto de estudo para que se garantir minimamente uma refeição ao dia aos alunos do campo.

O currículo e a didática universitária estão sendo pensando há décadas para que produza aprendizagem. No entanto não reproduzem uma relação direta com as comunidades. Não da pra se pensar universidade, cursos, e prática de ensino tendo como foco apenas e tão somente o urbano brasileiro, deve ser considerado os fazeres e os saberes dos povos tradicionais. Será fundamental para que este intuito seja alcançado que os currículos universitários e as propostas políticas e pedagógicas sejam discutidos com o conjunto: urbana

e rural. A universidade tem muito que aprender com os povos do campo e sua vida em comunidade.

Por fim, é fundamental destacar as dificuldades que a universidade pública vem passando na atualidade, com a retirada de recursos, sua autonomia financeira e a tentativa de aplicação de mensalidades aos alunos. É desafio que só superaremos numa ação conjunta: povos do campo e da cidade, construindo um só coletivo em prol do ente público e da coisa pública, que é de e para todos.

Referências

ALTENFELDER SILVA, Fernando (1948). **Mudança Cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista. São Paulo, nº 8, V. III.

ALMEIDA, João Ferreira. **Recomposição socioprofissional e novos protagonismos**, in António Reis, (coord.), Portugal – 20 Anos de Democracia. Lisboa: Círculo de Leitores. 2009

ANACHE, Alexandra Ayach; MACIEL, Carina Elisabeth. **A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 71-86, dez. 2017

ASSUNÇÃO, Adenilso dos Santos. **Dinâmicas Territoriais na Migração Cidade Campo e a Constituição dos Assentamentos Rurais no Município de Sidrolândia (MS)**. 8º Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Grande Dourados/ Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 2014.

BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, jan./abr. 2005

CASTELLO BRANCO, André Luis de Oliveira. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**. Trabalho de Conclusão de Curso de Economia. PUC-Campinas - Centro de Economia e Administração Faculdade de Ciências Econômicas, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

GARCIA, Elisa Frühauf. **O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional**. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.23-38. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 24 jul 2018.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; NOVAIS, Sandra Nara da Silva. **Campos de Xerez: palco de lutas e conflitos pela exploração da mão-de-obra indígena**. Albuquerque: revista de

História, Campo Grande, MS, v. 2 n. 4 p. 57-80, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/viewFile/3950/3152>. Acesso em: 16set2018.

Gomes, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Maza Edições, 1995.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. Organização do Trabalho Didático: Tensão Presente entre Educação Especial e Regular. In: Revista HISTEDBR- On line, n.9; março 2003.

MARTINS, José de Souza Martins. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Ed. Contexto, 2009.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n.º 2.589**, 26 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a reserva de vagas aos vestibulandos índios na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

MATO GROSSO DO SUL. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS. Diretoria de Registro Acadêmico – SAL: Campo Grande. 2017.

MELO, G.S. **Diálogos com profissionais do ensino especial**. O contexto histórico-cultural e suas repercussões na prática educacional do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2003.

OLIVEIRA, Jorge Eremites e PEREIRA, Levi Marques. **Terra indígena Buriti**. 2012

OLIVEIRA, Jorge Eremites e PEREIRA, Levi Marques. “**Duas no pé e uma na bunda**”: da participação Terena na guerra entre o Paraguai e Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. Combate ao Racismo Ambiental, 16 jun. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/07TsZF>. Acesso em: 01 ago. 2013.

OLIVEIRA, Robson Munhoz de; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O método na teoria marxista e renda da terra**. Revista Formação (Online), v. 1, n. 10, 2003. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/issue/view/104>. Acessado em: 10 de jul de 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas São Paulo, 6º Ed, 2005.

ORLANDI, Enio Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6º ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Enio Puccinelli. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: _____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 213-236.

PECHEUX, Michel. **O discurso estrutura ou acontecimento**. 4º Ed. Editora Pontes, 2006.

PORTUGAL. **Directorio**: que se deve observar nas povoações dos índios do Para, e ExMaranhão. Enquanto sua Magefrade não mandar o contrario. Lisboa, na officina de Miguel Rodrigues, impleflor do Eminemtiffimo Senhor Cardial Patriarca. M.DCC.LVII.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Raça, Gênero e Educação Superior**. Tese de Doutorado em Educação. Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. 2001.

REIS, C. P. **A concentração fundiária no Município de Sidrolândia/MS e a implantação dos primeiros Assentamentos Rurais**. Disponível em:

RODRIGUES, J. Barbosa. **Isto é Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Vaner Bicego, 1978.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. A diáspora Guaná (Terena) no pós-guerra da tríplice aliança e os refl exos em seus territórios no estado de Mato Grosso do Sul. Revista Tellus, ano 16, n. 30, jan/jun. 2016. Disponível em: <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/380/380>. Acessado em: 30 de jun de 2018.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Mesa Redonda (participação). **Seminário Democratização do Acesso à Universidade: Por que e para quem? Direito**, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo 14 mar. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eeAggFWFo5g> Acesso em: 23 out. 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. Os tempos e os territórios da colonização Italiana. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003.

STEDILE, João Pedro. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Caderno de Formação n. 33, 2000. 56 p.7

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. Os índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870). **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, Pr, 2005. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1593.pdf>. acesso em: 16 set 2018.

TROW, Martin. **Problems in the transition from elite to mass higher education**. Berkeley: Carnegie Commission on Higher Education, 1973. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED091983.pdf>>. Acesso em 4 out. 2018.